

**Ao Banco Central do Brasil,**

**Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO**

A **Azumi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **40.434.681/0001-10**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **exercício** findo em **31 de dezembro de 2021**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia **10 de março de 2022** no sítio eletrônico: [www.azumidtvm.com.br](http://www.azumidtvm.com.br)

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Azumi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

---

**Eli Françoso Tassim**  
Diretor de Contabilidade

---

**REINALDO DANTAS**  
Contador CRC-1SP110330/O-6

## **Azumi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA**

### **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Azumi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O **prejuízo** do semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foi de **R\$ 1.468 mil**.

**Gerenciamentos de Riscos e de Capital:** em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Distribuidora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais **Distribuidora**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Administração e aos Acionistas do  
**A AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”).**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da A AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”). em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior considerando que a AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”), iniciou suas operações em 18 de janeiro de 2021, não há valores correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e do semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da AZUMI DTVM LTDA. (“Distribuidora”) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 04 de março de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S  
CRC/PR 005560/O-1 T-SC  
Sidení Moratelli – Sócio Responsável  
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 “S” SP

Audifactor Auditores Independentes S/S  
CRC/PR 005560/O-1 T-SC  
Juliano dos Santos Machado – Sócio  
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 “S” SP

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

<b>A T I V O</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/21</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>855</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>100</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>751</b>
Títulos e valores mobiliários	<b>5.1</b>	1
Relações interfinanceiras	<b>5.2</b>	750
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<b>4</b>
Outros créditos - Diversos		4
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>23</b>
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		24 (1)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>878</b>

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/21</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>275</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>275</b>
Fiscais e previdenciárias		11
Diversas	<b>6.1 e 7</b>	264
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>603</b>
Capital:	<b>9.1</b>	2.250
De Domiciliados no país		2.500
(Capital a realizar)		(250)
(Prejuízos acumulados)		(1.647)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>878</b>

**A DIRETORIA****REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	<b>NE</b>	<b>2º-SEM-21</b>	<b>2021</b>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>16</b>	<b>29</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		16	29
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>16</b>	<b>29</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.484)</b>	<b>(1.676)</b>
Receitas de prestação de serviços		399	399
Despesas de pessoal		(149)	(161)
Outras despesas administrativas	<b>10</b>	(1.647)	(1.822)
Despesas tributárias		(87)	(92)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>11</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>
<b>Nº de cotas.....:</b>		<b>2.500.000</b>	<b>2.500.000</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por mil cotas .....R\$</b>		<b>(587,196)</b>	<b>(658,906)</b>

**A DIRETORIA****REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ 1.000

	<b>2º-SEM-21</b>	<b>2021</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>

A DIRETORIA

**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/21 a 31/12/21			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/21	1.500	(179)	1.321
Aumento de capital	750	-	750
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	(1.468)	(1.468)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/21	2.250	(1.647)	603
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	750	(1.468)	(718)

  

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	-	-	-
Aumento de capital	2.250	-	2.250
Lucro líquido do exercício	-	(1.647)	(1.647)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	2.250	(1.647)	603
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.250	(1.647)	603

**A DIRETORIA****REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**AZUMI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA**

CNPJ(ME) 40.434.681/0001-10

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	<b>2º-SEM-21</b>	<b>31/12/21</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(1.468)	(1.647)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	1	1
	<u>(1.467)</u>	<u>(1.646)</u>
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	817	(480)
(Aumento) redução de outros ativos	596	(751)
Aumento (redução) em outros passivos	(3)	(4)
	224	275
	<u>(650)</u>	<u>(2.126)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(24)	(24)
	<u>(24)</u>	<u>(24)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimento pela integralização de capital	750	2.250
	<u>750</u>	<u>2.250</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		
	<u>76</u>	<u>100</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	24	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	100	100

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## 1. Contexto operacional

A **AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (“Distribuidora”), foi constituída por tempo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 18 de janeiro de 2021, e tem como objeto social: a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; f) exercer funções de agente fiduciários; g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; h) constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; i) realizar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros; j) operar em bolsas de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; k) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; l) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

## 2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

## AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

---

- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular CMN 3.959/19;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CFC NBC TG 46 (R1).

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo Bacen, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 31 de janeiro de 2022.

### 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

#### 3.2. Disponibilidades

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 3.3. Instrumentos financeiros

##### Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I. Títulos para negociação;
- II. Títulos disponíveis para venda;
- III. Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

### 3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

### 3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes**

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões**

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.

### 3.6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 15%.

### 3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

### 3.8. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

### 3.9. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Distribuidora não possui resultados não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras ou suas notas explicativas.

## 4. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2021 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 100.

## 5. Instrumentos financeiros

### 5.1 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “**Títulos para Negociação**”, conforme abaixo mencionado:

Papel	31/12/2021				
	Vencimento	Sem vencimento	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva
<b>Carteira Própria</b>					
Certificado de Depósito Bancário					
– Banco Bradesco	11/12/2023	-	1	1	1
<b>Total</b>	-	-	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

### 5.2 Relações interfinanceiras

Recurso em espécie depositado pelos acionistas para a integralização do capital subscrito, e que se encontra sob custódia do BACEN até a finalização do processo de autorização de aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2021 o valor depositado era de R\$ 750.

## AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

## 6. Outros passivos

### 6.1. Diversos

31/12/2021

Despesas de pessoal	13
Outras despesas administrativas	1
Sociedades ligadas (ver nota explicativa 7)	250
<b>Total</b>	<b>264</b>

## 7. Partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora possuía um saldo a pagar de sociedade ligada referente ao aumento de capital em 09 de dezembro de 2021, conforme tabela abaixo:

31/12/2021

AZUMI PARTICIPAÇÕES LTDA	250
<b>Total</b>	<b>250</b>

## 8. Ativos e passivos contingentes

### 8.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

### 8.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não havia processos com perda de risco provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

## 9. Patrimônio líquido

### 9.1. Capital social

O capital social é de R\$ 2.500, representado por 2.500.000 quotas, totalmente subscrito e integralizado por cotistas domiciliados no país.

Em 25 de outubro de 2021, conforme 3º alteração contratual foi deliberado o aumento de capital de R\$ 1.500 para R\$ 2.000, mediante emissão de 500.000 novas quotas. Esse aumento está em processo de autorização pelo Banco Central do Brasil.

Em 09 de dezembro de 2021, conforme 4º alteração contratual foi deliberado o aumento de capital de R\$ 2.000 para R\$ 2.500, mediante emissão de 500.000 novas quotas. Esse aumento está em processo de autorização Banco Central do Brasil.

### 9.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas “Legal” e “Especial de Lucros”. Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da “Reserva legal”, que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da “Reserva legal”, é destinado à constituição da “Reservas especiais de lucros”, permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação.

No exercício não foram destinadas reservas, devido ter apresentado resultado de prejuízo no montante de R\$ 1.647.

## AZUMI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

#### 10. Outras despesas administrativas

	2º sem/2021	31/12/2021
Serviços técnicos especializados	(819)	(920)
Processamento de dados	(529)	(576)
Aluguéis	(132)	(132)
Condomínio	(97)	(114)
Diversas	(70)	(80)
<b>Total</b>	<b>(1.647)</b>	<b>(1.822)</b>

#### 11. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2º sem/2021	31/12/2021
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(1.468)</b>	<b>(1.647)</b>
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	21	22
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(1.625)</b>
Contribuição social – 15%	-	-
Imposto de renda – 15%	-	-
IRPJ – 10% parcela adicional	-	-
<b>Total de despesas de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.625 não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

#### 12. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Distribuidora conta com quatro frentes de atuação: gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

##### a) Risco de mercado

A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão das taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

##### b) Risco operacional

A natureza dos negócios da Distribuidora é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. A Distribuidora revisa periodicamente os controles internos e procedimentos, adequando quando necessário de modo a minimizar possibilidades de erros ou falhas nos processos internos.

##### c) Risco de liquidez

É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida

tanto financeira quanto operacional. A Distribuidora administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: testes de stress, descasamento de vencimentos e limite mínimo de disponibilidades.

**d) Risco de crédito**

Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Distribuidora está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

### **13. Acordo de Basiléia (limite operacional) – Patrimônio de Referência Exigido (PRE)**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 foi de -1,80%.

### **14. Responsabilidades e compromissos**

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

### **15. Outros assuntos**

#### **COVID-19**

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença que estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. Nesse momento, a Administração da Distribuidora não pode mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19).

### **16. Eventos subsequentes**

Após o encerramento do exercício de 2021 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

\* \* \*

A Diretoria

Reinaldo Dantas  
Contador CRC - 1SP 110330/O-6